

INTERTEXTUALIDADE E A BÍBLIA

Landon Booth Jones¹

RESUMO

A intertextualidade é o fenômeno literário em que textos já existentes fazem parte de textos novos. Como teoria literária, intertextualidade é traçada por algumas pessoas ao pensamento do linguista suíço Ferdinand de Saussure, mas foi a crítica literária Julia Kristeva que introduziu a palavra intertextualidade ao mundo literário na década dos 60. De acordo com as definições oferecidas, existem vários tipos de intertextualidade. Neste trabalho, vamos usar as designações *explícitas* e *implícitas* para identificar os tipos gerais de intertextualidade. O artigo visa mostrar exemplos de intertextualidade na Bíblia e como a intertextualidade contribui à questão de hermenêutica.

Palavras chave: Intertextualidade, teoria literária, Bíblia, hermenêutica.

ABSTRACT

Intertextuality is a literary phenomenon in which preexisting literary texts are included in new texts. As a literary theory, intertextuality has been traced by some to the work of the Swiss linguist Ferdinand de Saussure, but it was the literary critic Julia Kristeva that introduced the word to the literary world in the 60s. According to contemporary definitions, there are various types of intertextuality. In this article, we will use the words *explicit* and *implicit* to identify general types of intertextuality. The article seeks to show some biblical examples of intertextuality and how intertextuality contributes to the hermeneutical question.

Keywords: Intertextuality, literary theory, Bible, hermeneutics.

INTRODUÇÃO

A intertextualidade é o fenômeno literário em que textos já existentes fazem parte de textos novos. Usar textos antigos ou contemporâneos na produção de novos textos não é coisa nova. Aliás, se aceitamos as definições atuais, não existe texto sem intertexto. Entendido assim, todo e qualquer texto pode ser considerado um ‘mosaico’ de outros textos ou tradições anteriores. Às vezes é possível identificar facilmente quando um autor usou um texto anterior na elaboração de um texto novo. Em outros casos, a intertextualidade aparece em forma de alusão.

Vamos considerar um exemplo claro, mas que nem sempre é reconhecido pelo público. Em 1901 Joaquim Osório Duque Estrada compôs a letra de uma música que se tornaria uma das músicas mais amadas e tocadas no Brasil, o Hino Nacional. É rica em metáforas e símbolos do Brasil e seu povo. Quando escreveu a letra, incluiu os seguintes versos de Gonçalves Dias em *Canção do Exílio*: “nossos bosques têm mais vida”, “nossa vida”, no teu seio, “mais amores”. Ao inserir as linhas da poesia de Gonçalves Dias, Duque Estrada criou um texto com intertexto, a intertextualidade.

Muitos textos antigos e modernos contêm intertextos, inclusive a Bíblia. Pretendemos, neste breve ensaio, considerar a definição e a natureza de intertextualidade como teoria literária e como alguns escritores bíblicos apropriaram textos anteriores na produção de textos posteriores. O trabalho divide-se em três partes principais. Primeiro, ofereceremos uma definição e uma breve descrição de intertextualidade como teoria literária. Segundo, vamos dar uma olhada no texto bíblico para identificar alguns exemplos de intertextualidade. Finalmente, vamos considerar brevemente as implicações da intertextualidade para a hermenêutica.

Uma definição de intertextualidade

Não é uma tarefa simples definir intertextualidade. A dificuldade se encontra, entre outras coisas, na falta de consenso que ainda existe entre críticos literários que escrevem sobre o tópico. A própria palavra deriva-se do latim *intertexto* que significa literalmente “misturar tecidos.” A imagem que a palavra gera é de um tecedor que combina várias cores e texturas para produzir um tecido que tem as características de todos os elementos, mas o produto final não é limitado a um só elemento usado para tecer.

Quando a palavra se refere à literatura, significa os relacionamentos que existem entre textos e a influência que cada um tem no texto final. Pode se referir ao uso de fontes antigas ou contemporâneas. Estes relacionamentos podem ser entendidos de forma abrangente ou de forma mais estreita. Por exemplo, Diane Sharon entendeu a intertextualidade no seu sentido mais amplo, simplesmente dizendo que a intertextualidade é a maneira pela qual um texto é lido em termos do outro (SHARON, p.90). Michael Riffaterre ecoou esta posição quando propôs esta definição: “Intertextualidade é a percepção pelo leitor de relacionamentos entre uma obra e outras que vieram antes ou depois” (RIFFATERRE, apud STRATTON, 1995, p. 184). De acordo com Riffaterre intertextualidade é uma função do *leitor* e não do *autor*. Neste sentido a intertextualidade pode ser percebida pelo leitor mesmo se o autor não foi ciente do vínculo. No seu breve livro sobre o assunto, Ingedore Koch propôs duas definições, uma no sentido *stricto sensu* e a outra no sentido *lato sensu*. No sentido *stricto sensu*, a intertextualidade “ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursiva . . . dos interlocutores” (KOCH, 2008, p. 17). Na sua definição de intertextualidade *lato sensu*, ela levou emprestado o conceito de Julia Kristeva que entendeu que “qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA apud Koch, p. 85).

Essas definições concordam quanto ao elemento básico de intertextualidade – a presença de um texto dentro do outro. O que essas definições não consideram, porém, é a questão da intencionalidade de intertextualidade, isto é, que o autor, de propósito, inseriu um texto ou fez uma alusão específica de propósito quando escreveu. Neste trabalho, oferecemos a seguinte definição: *A intertextualidade é a presença em um texto de citações, epígrafes, alusões, ou outros relacionamentos intencionais e significativos que vem de outros textos e tradições culturais anteriores ou contemporâneos e que contribuem à formação do sentido do texto novo*. Entendido assim, a intertextualidade é uma operação literária *intencional* pelo autor de um texto que incluiu ou se referiu a textos ou influências anteriores no processo da produção de um novo texto.

A intertextualidade como teoria literária

Como teoria literária, intertextualidade é traçada por algumas pessoas ao pensamento do linguista suíço Ferdinand de Saussure. Às vezes chamado de fundador da linguística moderna, Saussure é conhecido, entre outras coisas, pelo seu trabalho na área de semiótica, a ciência que estuda o relaciona-

mento entre sinais (palavras, por exemplo) e o significado de sinais nas sociedades em que estes sinais são usados. A sua contribuição à intertextualidade se encontra principalmente no estabelecimento do relacionamento entre as palavras e os objetos que as palavras significam. De acordo com Saussure, uma palavra tem significado porque se encontra dentro de um sistema linguístico e não porque é um referencial objetivo. Nenhuma palavra ou 'sinal' tem significado em si mesmo, mas porque é relacionada ao seu contexto. Em outras palavras, uma palavra deriva seu sentido dentro do contexto ou texto em que se encontra.²

Trabalhando a partir da teoria de Saussure e dos trabalhos do crítico literário russo Mikhail Bakhtin, a crítica literária búlgara, Julia Kristeva, introduziu a palavra intertextualidade ao mundo literário na década dos 60 em seu livro *Sémiotiké: Recherches pour une sémanalyse* (KRISTEVA, 1969). Neste livro ela ofereceu uma análise do trabalho de Bakhtin, que trabalhou principalmente com romances. Bakhtin usou a palavra "dialogismo" para descrever o intercâmbio constante entre obras literárias. Este intercâmbio ou diálogo entre textos 'participa' na produção de outras obras literárias e é, em parte, responsável pelo seu conteúdo. De acordo com Bakhtin:

O texto só ganha vida em contato com outro texto (com contexto). Somente neste ponto de contato entre textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior como o anterior, juntando dado texto a um diálogo. Enfatizamos que esse contato é um contato dialógico entre textos . . . por trás desse contato está um contato de personalidades e não de coisas (BAKHTIN *apud* KOCH, 2008, p. 9).

Para Bakhtin o autor de um texto 'conversa' com outros textos na produção do seu texto e o significado do novo é influenciado por esta conversa (BAKHTIN, 1981, p. 279).

Kristeva levou as teorias de Bakhtin mais adiante. De acordo com ela, Bakhtin entendeu textos principalmente como o fruto de um processo dialogal em que duas 'vozes' participavam na produção de um texto. Kristeva estendeu esta teoria dialogal para incluir uma pluralidade de vozes, todos participando no diálogo. Ela comparou o papel do autor como alguém que se coloca no cruzamento de uma "pluralidade de textos" nos seus diferentes níveis (SMALLER, 1985).

Premissa básica da intertextualidade é de que textos não estão escritos isoladamente de outros textos, autores ou contextos. Autores escrevem

seus textos, explicitamente ou implicitamente, em dependência ou sob a influência de outros textos e contextos. A premissa adotada neste trabalho é que, mesmo reconhecendo que estas influências podem não ser percebidas totalmente pelo autor, a produção de um texto é um ato intencional do autor que inclui citações, repetições e alusões, mesmo sendo implícitas, de outros textos. Reconhecemos que autores, tanto antigos como modernos, provavelmente leram suas produções literárias antes de enviá-las ou publicá-las. Em outras palavras, eles ou elas fizeram uma revisão (*proof read*) dos seus textos e aprovaram o seu conteúdo.

Agora, vamos identificar os tipos gerais de intertextualidade e depois, apresentar alguns exemplos de intertextualidade bíblica.

Tipos da Intertextualidade

Não existe consenso na literatura contemporânea quanto à classificação dos tipos de intertextualidade, mas em geral podem ser classificadas como *explícitas* e *implícitas*. Michael Fishbane (1967) reconheceu dois tipos ‘genéricos’ de intertextualidade bíblica, a assinalada e a não assinalada. A assinalada pode ser definida como o vínculo que o próprio autor reconheceu entre o texto que ele escreveu e textos ou tradições anteriores. Ele disse que nestes exemplos “as correlações intertextuais . . . são o produto de leituras ou estudos, na primeira instância, e não adaptação refletiva e criativa” (FISHBANE, 1967, p. 41). Fishbane identificou a intertextualidade não assinalada como as “várias formas de repetição ou redundância que parecem principalmente como resultado acidental ou de estilo formal” (FISHBANE, 1967, p. 40). O que o autor reconheceu foi a presença no texto de alusões ou citações tanto intencionais por parte do autor como não intencionais. Outro crítico literário, James Porter (1986), identificou dois tipos gerais de intertextualidade que ele designou *iteração*³ e *pressuposição*. Por *iteração* o autor se refere às repetições de fragmentos de textos que incluem citações diretas, até alusões explícitas. Por *pressuposição* se refere às pressuposições que um texto faz a respeito do seu contexto e seu referencial. Pela definição, são alusões não explícitas (PORTER, 1986, p. 35). Koch ecoou essa divisão bipartida pelas suas categorias *stricto sensu* e *lato sensu*. Neste trabalho, vamos usar as designações *explícitas* e *implícitas* para identificar os tipos gerais de intertextualidade na Bíblia.

Intertextualidade na Bíblia

Intertextualidade Explícita

Na Bíblia a intertextualidade explícita pode ser demonstrada pela inserção de uma citação direta de outro texto. Exemplos desta forma são abundantes tanto no Antigo Testamento como no Novo. Vamos considerar somente três exemplos de intertextualidade bíblica: 1) textos que ilustram uma narrativa, 2) textos usados para apoiar exortações e/ou doutrinas e 3) textos que demonstram o cumprimento de promessas.

Em Josué capítulo 10, encontramos um exemplo do primeiro tipo de intertextualidade explícita. Este capítulo relata o ataque de uma coalizão de cinco reis amonitas contra a cidade de Gibeão. Para honrar o pacto que Josué fez com os gibeonitas, ele e o exército de Israel atacaram os amonitas e os derrotaram. A vitória foi conseguida porque o Senhor agiu de maneira sobrenatural parando o sol, garantindo tempo para os israelitas vencerem. Como ilustração, o historiador inseriu na narrativa uma citação tirada do Livro dos Justos⁴ que diz: “Sol, detém-te em Gibeão, e tu, lua, no vale de Aijalom”. O narrador inseriu o texto para ilustrar o aspecto sobrenatural do evento. Uso semelhante se encontra em Nm. 21. 14. Neste texto, uma citação tirada do “Livro das Guerras do Senhor” foi inserida em Números como ilustração da narrativa.

Um exemplo do segundo tipo pode ser vista na carta de Paulo aos Romanos no capítulo 15 em que, escrevendo à igreja em Roma, deu a seguinte exortação:

Ora, nós que somos fortes devemos suportar as debilidades dos fracos e não agradar-nos a nós mesmos. Portanto, cada um de nós agrade ao próximo no que é bom para edificação. Porque também Cristo não se agradou a si mesmo; antes, como está escrito: *As injúrias dos que te ultrajavam caíram sobre mim* (Rm.15.1-3, grifo nosso).

Para reforçar sua orientação, o apóstolo citou uma porção do texto de Sl.69.9 da LXX como ‘justificativo’, explicando que “tudo quanto, outrora, foi escrito para o nosso ensino foi escrito” (Rm. 15.4).

Este exemplo de intertextualidade demonstra como um autor posterior inseriu uma porção de um texto anterior com a intenção de apoiar sua exortação para a igreja de seguir o exemplo de Jesus, no tratamento de crentes no processo de amadurecimento na fé. Vários exemplos deste tipo de

intertextualidade podem ser identificados nesta mesma carta. Em Romanos 4.1, Paulo defendeu a justificação pela fé citando Gn.15.3.

Um exemplo do terceiro tipo de uso, o cumprimento de profecias, pode ser encontrado em vários lugares nos evangelhos, especialmente no Evangelho de Mateus. No primeiro capítulo de Mateus, o evangelista inseriu uma porção de uma profecia de Isaías. Na profecia, ocasionada pela ameaça militar dos reis de Israel e da Síria, Isaías se dirigiu ao Rei Acaz com o propósito de acalmá-lo em face do ataque desses reis. O profeta disse: “Portanto o mesmo Senhor vos dará um sinal: Eis que a virgem conceberá, e dará à luz um filho, e chamará o seu nome Emanuel” (Is.7.14). Mateus viu no nascimento de Jesus o ‘cumprimento’ da profecia de Isaías.

Uma maneira de entender esta passagem foi proposta por Elmer Dyck (2001).⁵ No seu ensaio sobre o cânon como contexto para interpretação, ele sugeriu que tanto Isaías como Mateus tem razão quanto ao significado da profecia quando consideramos o propósito de cada escritor e a função do cânon no processo hermenêutico. No contexto de Isaías, o profeta afirmou o desejo de Deus de estar presente com Acaz e o seu povo e que o menino que nasceria seria a confirmação disso. De acordo com Dyck, devemos entender o uso da profecia de Isaías pelo evangelista da mesma maneira. Ele disse: “Esses textos nos servem de garantia, mais do que qualquer outra coisas, de que Deus está com o seu povo: Emanuel” (DYCK, 2001, p. 75). Entendido assim, o texto fez sentido nos dois contextos.

Intertextualidade Implícita

Nesta parte, vamos considerar somente dois tipos de intertextualidade implícita: a alusão e o eco. Uma alusão pode ser definida como um veículo literário utilizado intencionalmente por um autor, para levar o leitor de volta a uma fonte reconhecida e que precisa ser trazida para o presente para que o novo texto seja completamente compreendido. Normalmente, alusões não incluem citações diretas. Um eco é mais sutil que uma alusão e pode ser definido como uma característica de um texto que se deriva de outro texto ou tradição não escrita. Um eco é menos explícito que uma alusão e não aponta necessariamente para uma fonte específica anterior. De acordo com Christopher Beetham, o eco não precisa ser reconhecido pelo leitor para entender o texto em que o eco aparece, mas aponta uma fonte específica (BEETHAM, 2008, p. 24).

Alusões podem ser identificadas principalmente pela repetição de fra-

ses ou palavras chave que apontam a um referencial anterior. Vamos considerar a frase ‘imagem de Deus’ e as alusões que encontramos em outros textos. O texto referencial é Gn.1.26 em que Deus declarou a sua intenção de criar seres diferentes dos demais seres já criados (Gn. 1.24). À luz do contexto, é claro que a intenção de Deus foi a criação de seres capazes de cumprir o mandado de dominar a terra. Por implicação, o texto confere valor ao ser humano que os demais seres vivos não têm.

O valor atribuído ao ser humano pela maneira em que foi criado recebeu confirmação e apoio em outros textos, começando em Gn. 9.6. Neste texto, a penalidade máxima será aplicada ao assassino de outro ser humano “porque Deus fez o homem segundo a sua imagem”. Tiago fez alusão a este valor do ser humano feito “à semelhança de Deus” quando falou do poder da língua (Tg.3.9). Paulo, na sua carta aos Colossenses, exortou a igreja a continuar a deixar de lado o ‘homem velho’ e revestir-se do ‘novo homem’ “segundo a imagem daquele que o criou” (Cl.3.10). Nesses casos, o texto de Gn. 1.26 não foi citado, mas cada escritor fez alusão ao texto para apoiar uma declaração baseada no valor do ser humano e como o ser humano deve viver como imagem de Deus.

Alusões diferem de citações pois a alusão não se preocupa necessariamente com a repetição palavra por palavra do texto que serve de referencial. Um exemplo disso pode ser encontrado na defesa que o apóstolo Pedro fez em Atos 3 afirmando que Jesus preencheu os requerimentos escriturísticos para ser o Cristo. Como parte da sua defesa, Pedro fez alusão a Dt. 18.15-22 que descreve como Deus ia providenciar orientação divina por meio de profetas ‘autorizados’ que seriam suscitados dentro do povo de Israel. Neste caso, quando Lucas registrou a fala de Pedro, não citou palavra por palavra o texto de Dt. 18.15, mas fez alusão ao texto para demonstrar que Jesus, também, foi profeta autorizado por Deus e, por isso, devia ser obedecido.

O eco difere da alusão pelo fato de que não há intenção específica por parte de um escritor citar ou se referir a um texto específico. O eco ‘resgata’ uma imagem anterior que ajuda o leitor a entender o texto posterior. Consideremos o seguinte exemplo. De acordo com Christopher Wright, existem ‘ecos’ de Abraão ao longo do texto bíblico, começando pelo próprio Pentateuco.⁶ Wright (2006) argumentou que a eleição de Israel como povo particular de Deus tinha como alvo alcançar todos os povos e nações. Ele demonstrou este desejo por parte de Deus pela repetição das promessas feitas a Abraão em Gn.12.1-3 ao longo do texto bíblico, de Gênesis até Apocalipse. Mesmo não citando o texto de Gn.12.1-3, ecos das promessas aparecem em textos posteriores. Vamos

considerar alguns exemplos citados por Wright:

Lembrar-se-ão do SENHOR e a ele se converterão os confins da terra; perante ele se prostrarão todas as famílias das nações. Pois do SENHOR é o reino, é ele quem governa as nações (Sl.22.27, 28).

E há de acontecer, ó casa de Judá, ó casa de Israel, que, assim como fostes maldição entre as nações, assim vos salvarei, e sereis bênção; não temais, e sejam fortes as vossas mãos (Zc.8.13).

Depois destas coisas, vi, e eis grande multidão que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos; e clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus, que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação (Ap.7.9,10).

Em todos esses casos, Wright (2006) viu um eco da promessa divina de abençoar todas as nações por meio de Abraão. Não há citações específicas ao texto de Gn. 12, mas em todos há uma preocupação pelos escritores posteriores de demonstrar a universalidade da missão de Deus no mundo.

Outra obra recente em que ecos na escritura são identificados é de Christopher Beetham (2008).⁷ Trabalhando a partir dos trabalhos de Gregory Beale⁸ e Gordon Fee, Beetham identificou ecos de Gn.1.28, Is.11.2,9, o Êxodo, 2 Samuel 7, e Dt.30.6, e Gn. 17, entre outras referências. Os critérios para a identificação de ecos, de acordo com Beetham, são: a disponibilidade da fonte ao escritor e palavras ou temas em comum. Para ilustrar seu argumento, o autor disse que pelo uso, por Paulo, das palavras “e crescendo”, ecoou a ordem em Gn.1.28: “frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a” em que o mesmo verbo ‘crescer’ aparece. O autor concluiu que Paulo retornou a Gn.1.28 para demonstrar que o evangelho entre os Colossenses criou um povo que estava cumprindo as ordens do mandado original (BEETHAM, 2008, p. 55). Não precisamos concordar com a análise de Beetham para afirmar que nas cartas de Paulo, podemos encontrar ‘ecos’ no Antigo Testamento porque Paulo utilizou o Antigo nos seus argumentos.

Intertextualidade e a hermenêutica bíblica

Como teoria literária a intertextualidade tem implicações importantes para a hermenêutica. Uma das implicações é a tendência desta teoria de banir o autor do texto como referencial principal do sentido em favor de uma ‘pluralidade de vozes’. Visto assim, a pergunta que temos que responder é a seguinte:

Quem é responsável pelo sentido de um texto? O escritor original? Aquele que levou o texto original e inseriu em outro? Ou a ambígua ‘pluralidade de vozes’?

Uma resposta a esta pergunta foi proposta por Roland Barthes no seu ensaio “*La mort de l’Auteur*.”⁹ Neste ensaio, Barthes atribuiu ao poeta francês Stéphane Mallarmé o conceito de substituir a influência do autor de um texto pela própria linguagem do texto. De acordo com Barthes,

é a linguagem que fala, não autor: escrever é alcançar, por meio de uma personalidade pré-existente . . . aquele ponto em que a linguagem age sozinha, “apresenta” (*performs*), e não o próprio autor (*oneself*) (BARTHES, 1984, p. 2).

O trabalho de Barthes tem implicações importantes para o estudo da intertextualidade. De acordo com ele, “o texto é um tecido de citações, o resultado das mil fontes de cultura” (BARTHES, 1984, p. 4). Assim, o autor não é responsável pelo significado do texto, mas outros autores e leitores que leem o texto posteriormente. O autor do texto ‘morre’ porque não exerce mais influência sobre o texto. Com a ‘morte’ do autor, o texto é liberto das várias tentativas de ‘decifrar’ o seu significado. O ‘ponto final’ (*stop clause*) desaparece e, nas palavras de Barthes, o texto é livre de “Deus e sua hipótese, razão, ciência a lei” (BARTHES, 1977, p. 5).

Nem todos os críticos literários estão de acordo com o banimento do autor como referencial principal ao sentido do seu texto. O crítico americano E. D. Hirsch (1967) se opôs a qualquer tentativa de separar o sentido de um texto do seu autor, argumentando que este ato de banimento “encorajou arbitrariedade subjetiva e extravagância” na crítica literária. Hirsch disse:

Uma vez que o autor foi banido cruelmente como o determinante do significado do seu texto, gradualmente apareceu que não havia princípio adequado para julgar a validade de uma interpretação. Por meio de uma necessidade interior, o estudo de ‘o que o texto diz’ se tornou o estudo de o que ele diz ao crítico individual (HIRSCH, 1967, p. 3).

O argumento de Hirsch baseia-se, em parte, na noção de que o texto tem que significar alguma coisa, se não do autor, então do crítico ou leitor. Se o autor não é mais o determinante do sentido do texto, então o seu lugar é ‘usurpado’ pelo crítico-leitor (HIRSCH, 1967, p. 5).

A questão do papel do autor como determinante do significado de um texto se torna extremamente importante quando falamos da questão da intertextualidade bíblica. Se o autor é responsável pelo significado de um texto, como devemos ler e interpretar um texto que é utilizado posteriormente por outro escritor? Neste caso, quem é o autor responsável, o autor original ou o autor posterior que apropriou o texto anterior? Será impossível neste trabalho responder adequadamente a esta questão. O que podemos dizer é que tanto o escritor anterior como posterior tinham motivos específicos de escreverem o que escreveram. Assim, cabe ao leitor moderno tentar descobrir como os dois escritores utilizaram suas palavras. Apelar para uma teoria literária em que o significado pode ser arbitrariamente estabelecido pelo 'crítico' que não critica e que não exige uma análise adequada parece ser uma atitude arrogante e preguiçosa. Um texto que vale a pena ser lido merece pelo menos uma tentativa honesta de entender como as palavras dos escritores anteriores e posteriores foram usadas.

Conclusão

O propósito deste artigo é servir como introdução tanto à intertextualidade como a intertextualidade bíblica. Certamente tentar tratar destas questões em pouco espaço é correr o risco de não alcançar os objetivos de maneira adequada. O que podemos dizer é que o fenômeno de intertextualidade possibilita uma apreciação maior de textos, tanto os posteriores como os anteriores. Assim, cada texto pode ser comparado a uma tapeçaria em que todos os elementos cooperaram para comunicar sentido. O sentido é o resultado tanto do escritor original como a habilidade do 'tecedor' literário que usou material anterior na elaboração de um texto novo. A habilidade do escritor posterior, porém, não pode anular a 'arte' do escritor anterior. Nas palavras de T. S. Eliot, o escritor "deve ser plenamente ciente do fato óbvio de que arte nunca melhora, mas a mídia nunca é exatamente a mesma."¹⁰

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, Graham. *Intertextuality*. Abingdon, Oxford: Routledge, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. "Discourse in the Novel" em *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas, 1981.
- BARTHES, Roland. "The Death of the Author" em *Image, Music, Text*. Nova York: Hill e Wang, 1977, pp. 142-148. Este artigo é disponível em inglês no site http://www.tbook.constantvzw.org/wp-content/death_authorbarthes.pdf (acesso em 6.09.2012).
- BEALE, Gregory K. *Commentary on the New Testament use of the Old Testament*. Grand Rapids: Baker, 2007.

BEETHAM, Christopher A. *Echoes of Scripture in the Letter of Paul to the Colossians*. Leiden: Brill, 2008.

BRENNEMAN, James E. *Canon in Conflict: Negotiating Texts in True and False Prophecy*. Oxford: Oxford, 1997.

CULLER, Jonathan D. *Ferdinand de Saussure*. Edição revisada. Ithaca, NY: Cornell, 1986.

DAVIES, D. W. "Paul and the New Exodus". *The Quest for Context and Meaning: Studies in Biblical Intertextuality in honor of James A. Sanders*. Craig A. Evans e Shemaryahu Talmon. Leiden: Brill, 1997, pp. 443-464.

DYCK, Elmer. "O Cânon com contexto para a interpretação". *Ouvindo a Deus: Uma abordagem multidisciplinar da leitura bíblica*. São Paulo: Shedd, 2001, pp. 39-77.

FISHBANE, Michael. "Types of Biblical Intertextuality" em *International Organization for the Study of the Old Testament: Congress Volume*. Leiden: Brill, 2000, pp.39-44.

HIRSCH, E. D., Jr. *Validity in Interpretation*. New Haven: Yale, 1967.

KOCH, Ingedore G. Villaça, BENTES, Anna Christina, e CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: Diálogos Possíveis*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

KRISTEVA, Julia. *Semiotike: Recherches pour une semanalyse*. Paris: Seuil, coll. Tel Quel, 1969.

PORTER, James E. "Intertextuality and the Discourse Community." *Rhetoric Review*. Vol.5.1.1986.

SHARON, Diane M. "Echoes of Gideon's Ephod: An Intertextual Reading". *JANES* 30.

SMALLER, Margaret em entrevista com Julia Kristeva, 1985. <https://www.msu.edu/user/chrenkal/980/INTEXINT.HTM> (acesso em 4.09.2012).

STRATTON, Beverly J. *Out of Eden: Reading, Rhetoric and Ideology in Genesis 2-3*. Sheffield: Sheffield, 1995.

WRIGHT, Christopher J. H. *The Mission of God: Unlocking the Bible's Grand Narrative*. Downers Grove, IL: Intervarsity, 2006.

¹ Ph.D pelo Southwestern Baptist Theological Seminary, Fort Worth, EUA. Professor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo.

²Veja a discussão de Graham Allen em *Intertextuality* (Abingdon, Oxford: Routledge, 2011), pp. 8-14. Allen atribuiu a visão linguística que possibilitou o desenvolvimento das teorias de intertextualidade a Mikhail Bakhtin. Em uma entrevista com Margaret Small, Julia Kristeva reconheceu as contribuições de Bakhtin à intertextualidade, dizendo que o conceito pode ser deduzido do trabalho dele. (Whence the concept of intertextuality, which does not figure as such in the work of Bakhtin but which, it seemed to me, one could deduce from his work.) Veja a entrevista em <https://www.msu.edu/user/chrenkal/980/INTEXINT.HTM> (acesso em 4.09.2012).

³ A palavra que Porter usou é iterability, traduzida aqui pela palavra iteração.

⁴Este livro, de origem desconhecida, é também chamado o Livro de Jasher.

⁵ Veja o ensaio de Dyck "O Cânon como contexto para interpretação" em *Ouvindo a Deus: Uma abordagem multidisciplinar da leitura bíblica* (São Paulo: Shedd, 2001), pp. 39-77.

⁶ Veja Christopher Wright, *The Mission of God: Unlocking the Bible's Grand Narrative*. (Downers Grove, IL: Intervarsity, 2006), pp. 222-264.

⁷ Christopher Beetham, *Echoes of Scripture in the Letter of Paul to the Colossians*. (Leiden: Brill, 2008).

⁸ Veja, por exemplo, Gregory K. Beale, *Commentary on the New Testament use of the Old Testament*. Grand Rapids: Baker, 2007.

⁹ Roland Barthes, "La mort de l'Auteur" *Le bruissement de la langue* (Paris: Seuil, 1984), pp.61-67. O texto em inglês de Barthes usado neste artigo pode se encontra no site http://www.tbook.constantvzw.org/wp-content/death_authorbarthes.pdf (acesso em 6.09.2012). A ideia de que um texto é independente da personalidade do escritor foi proposta também por T. S. Eliot no seu ensaio "Tradition and the Individual Talent" publicado pela primeira vez em 1919.

¹⁰ He must be quite aware of the obvious fact that art never improves, but that the material of art is never quite the same. http://essays.quotidiana.org/eliot/tradition_and_the_individual/ (acesso 10.09.2012).